



OBSERVATÓRIO

ITAÚ CULTURAL

ed. **18**

**PERSPECTIVAS SOBRE
POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL
NA AMÉRICA LATINA**

Modelos de política cultural
reflexões sobre experiências
latino-americanas

Avaliações de impacto
as ações de instituições culturais

Economia criativa
o Brasil como referência para
o Hemisfério Sul

Centro de Memória Documentação e Referência Itaú Cultural

Revista Observatório Itaú Cultural - N. 18 (ju./dez. 2015). - São Paulo :
Itaú Cultural, 2007-.

Semestral

ISSN 1981-125X

1. Políticas públicas. 2. Política cultural. 3. América Latina. 4. Gestão
cultural.

sumário

7. Aos leitores

Enrique Saravia

16. No século XXI, somos latino-americanos ou não seremos nada

Eric Nepomuceno

MODELOS LATINO-AMERICANOS DE POLÍTICA CULTURAL

CHILE, PARAGUAI E URUGUAI

22. Algumas reflexões em torno da construção de modelos de políticas culturais

Ricardo Klein

Mariano M. Zamorano

Joaquim Rius

COLÔMBIA

38. Entre o sonho e a realidade, o caso das políticas culturais na Colômbia

Jaime Ruiz-Gutiérrez

ARGENTINA

46. A política cultural na Argentina do século XXI

Rubens Bayardo

MÉXICO

54. México, o país das reformas estruturais. A reforma cultural fora da agenda

Eduardo Cruz Vázquez

INOVAÇÕES BRASILEIRAS E SUA PROJEÇÃO LATINO-AMERICANA

62. Cultura a unir os povos

Célio Turino

74. Por um Brasil criativo

Cláudia Leitão

86. Avaliação de impacto da atividade cultural: o caso das instituições culturais do Banco da República da Colômbia

Fernando Barona Tovar

102. Relato do Seminário Políticas e Gestão Cultural na América Latina no Século XXI

Ana Leticia Fialho

Ilana Goldstein

ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE MODELOS DE POLÍTICAS CULTURAIS

Ricardo Klein (Universidade de Barcelona)

Mariano M. Zamorano (Universidade de Barcelona)

Joaquim Rius (Universidade de Valência)

O presente artigo pretende ser um conjunto de reflexões sobre a existência de modelos compartilhados de política cultural na América do Sul ou de modelos únicos de desenvolvimento. Assim, será fornecido um quadro comparativo entre a experiência do Chile, a do Paraguai e a do Uruguai, em um contexto de possíveis convergências e distâncias de agenda que apresenta cada um desses países no tocante a seus processos e suas arquiteturas institucionais recentes. Os três casos de política cultural nacional mencionados pertencem a diferentes tradições e reconfigurações desiguais no processo destacado. Nesse sentido, será considerada a relação e as possíveis influências de modelos europeus preexistentes do mundo anglo-saxão e dos órgãos supranacionais. Serão abordadas as seguintes questões: é possível falar do surgimento de modelos próprios na América do Sul? E quais seriam as características comuns que evidenciaríamos a nova política cultural na região?

Na prática, a institucionalização das políticas culturais na América Latina começa nos anos 1960. Foram encontradas semelhanças com os modelos de administração cultural francês e inglês nesses primeiros desenvolvimentos (MEJÍA, 2005). Entretanto, eles ocorreriam em administrações que tradicionalmente relegaram a cultura a um papel secundário e com um campo cultural reticente à intervenção pública. Já nos anos 1990, ocorre a criação de ministérios, vice-ministérios e

secretarias nacionais de cultura que dão ao setor uma nova hierarquia.

Por meio da análise dessas transformações, diversos trabalhos propõem uma periodização: a recuperação da cultura como expressão democrática e o início da institucionalização pós-ditatorial (HARVEY, 1990), os diferentes processos de reorganização no conjunto da América Latina nos anos 1990 e 2000 (RUBIM; BAYARDO, 2008) e os posteriores desenvolvimentos de convergência regional da política cultural (PRAT, 2012).

Nesse sentido, nos anos 1980, as políticas culturais do continente adotaram a virada relativista do paradigma da democracia cultural, uma perspectiva apresentada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais de 1982, no México (MEJÍA, 2009). No entanto, esse projeto de reconhecimento das culturas de origem pré-colombiana continuou tropeçando no quadro institucional e intelectual tradicionalmente imposto pelo Estado. O projeto as relegou a uma categoria inferior à da alta cultura de origem europeia ou incorporou parcialmente traços dessas culturas à “cultura nacional”, porém, negou-lhes efetivamente a categoria de sujeito social e político. Essa situação começou a se transformar em parte recentemente, no fim do século XX, como resultado das transformações na política cultural propiciadas pelas reivindicações de diversas minorias culturais¹. Entre elas, as históricas reclamações indigenistas que advogam pelo reconhecimento da cultura diferenciada como um elemento de soberania e germe de autogoverno diferente daquele do Estado-nação

(DÍAZ-POLANCO, 1997), participando no século XXI em diversos processos de reconhecimento político e institucional, como no caso da Bolívia e do Equador.

Apresentação dos casos de análise

Identidade nacional e modelo de política cultural no Chile

O modelo de Estado neoliberal emergente da ditadura que dirigiu o país entre 1973 e 1990 marcou o desenvolvimento da gestão pública em cultura. Nesse sentido, a partir da transição democrática, optou-se por um sistema liberal de *arm's length*, ou seja, pela administração do setor por meio de agências com certa autonomia, tendo como finalidade evitar a ingerência político-partidária nesse âmbito. Foi criado um sistema em torno da noção de “institucionalidade cultural” (GARRETÓN, 1991), que propunha um distanciamento do intervencionismo estatal na questão. No início do ano 2000, foi modernizada a orientação constitutiva da política, antes baseada em um conservadorismo autoritário e nacionalista (CNCA, 2005) e agora buscando uma representação da rica diversidade do país (PNUD, 2002).

Por outro lado, durante seu início, nos anos 1990, a descoordenação do sistema, baseado na convergência de diversos ministérios e órgãos públicos nessa questão, levaria a um debate em torno da viabilidade de um esquema “à francesa” ou do estabelecimento de algum mecanismo de sistematização da ação pública (SQUELLA, 2001, 2011). Desse modo, em 2003, foi estabelecido o Conselho Nacional da Cultura e das Artes (CNCA). Sua atuação na promoção cultural e dinamização do campo artístico por meio da entrega de fundos concursáveis foi fundamental, e seus recursos e sua capacidade de ação foram aumentando a cada ano. Além disso, o CNCA promoveu a descentralização da política cultural por meio de uma norma que impõe que 60% dos fundos concursáveis no setor artístico devem ser destinados a atividades fora da região metropolitana.

Nos últimos anos, com a finalidade de aprofundar os processos mencionados, foi apresentado um projeto de lei (2011) para a criação de um Ministério da Cultura durante o governo do Renovação Nacional (2010-2014). O atual governo deu continuidade a essa iniciativa e o CNCA mantém o processo de consultas com esse objetivo a diferentes atores vinculantes (CNCA, 2014), entre eles os nove povos indígenas reconhecidos no país e as comunidades afrodescendentes.

As políticas culturais no Paraguai: um recente e incompleto processo de institucionalização

Desde sua independência, o Paraguai desenvolveu diversas iniciativas públicas no setor cultural. Não obstante, em um entorno político autoritário, até o início do século XX,

as políticas culturais excluíram a pluralidade cultural e social (ZAMORANO, 2012).

Entretanto, desde o fim do século XX, diversas transformações promoveram o desenvolvimento dessas políticas. Durante a transição democrática, foram criadas as subsecretarias de Estado de Educação, Culto e Cultura (Decreto nº 5269-1990), instituição com pouca autonomia ou capacidade de ação (ESCOBAR, 2007). A Constituição Nacional de 1992, de tipo multicultural e bilíngue, serviu de base normativa para o desenvolvimento da política cultural (SALERNO, 2001). Após o período neoliberal dos anos 1990, marcado pela permanência da Associação Nacional Republicana (ARN) no poder e pela corrupção, assim como pela instrumentalização política no setor cultural, a mobilização setorial e as iniciativas do campo intelectual impulsionaram a mudança política (ZAMORANO, 2009).

Dessa forma, em um contexto de demanda social e mudança política regional, com o governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008), foi aprovada a Lei Nacional de Cultura (nº 3.051, de 22 de novembro de 2006), que criava a Secretaria Nacional de Cultura (SNC), atribuindo-lhe a categoria de ministério. A lei concebia o setor cultural em coerência com a noção de estilo de vida e atribuía à ação pública a obrigação dos direitos culturais dos diversos grupos sociais (MOREIRA, 2012). Da mesma forma, em contraposição ao improvisto histórico no setor, foi desenhado o Plano Nacional de Cultura 2007-2011. O programa foi intitulado Descolonizando as Nossas Culturas no Bicentenário da Independência, seguindo a tônica regional. No entanto, esse avanço normativo

e programático não se refletiria claramente na atividade estatal (CGR, 2007), que continuaria centralizada em Assunção e não estabeleceria operações concretas para a proteção do patrimônio ou a promoção artística.

O surgimento de uma coalizão dominada por forças progressistas em 2008, que permitiu o acesso de Fernando Lugo ao poder, daria um novo uso às bases já colocadas. Foi então desenhado um novo plano de cultura (SNC, 2010) – com novos eixos de ação cultural, como o resgate do centro histórico de Assunção e a descentralização da ação cultural –, reestruturado o esquema organizacional da SNC e obtidos mais recursos para o desdobramento dessas políticas, com um aumento de 20% no orçamento da SNC entre 2009 e 2010 (SNC, 2010, 2014). Entretanto, em um país que sustenta uma profunda exclusão social e no qual a política cultural continua sendo considerada um aspecto acessório das políticas, a escassez de vontade política e de recursos limitou essa transformação (MOREIRA, 2014). Do mesmo modo, o golpe de estado parlamentar ocorrido em 2012 diminuiu a continuidade do processo.

Uruguai: institucionalização, descentralização e democratização das políticas culturais

No Uruguai, as grandes mudanças em termos de implementação e desenvolvimento de políticas públicas de cultura começam com a ascensão do primeiro governo progressista (2004) e continuam até hoje. As políticas culturais adquirem um papel estratégico para o desenvolvimento do país (KLEIN, 2011). Nesse sentido, as preocupações político-institucionais da

Secretaria Nacional da Cultura (SNC), órgão responsável pelas políticas culturais nacionais, giraram em torno de eixos como o papel da cultura no desenvolvimento econômico e social, o novo desenho institucional das políticas públicas de cultura e o papel das indústrias criativas no âmbito da política de indústria nacional.

Da mesma forma, o período de 2005 a 2014 é de inflexão em termos de legislação cultural, assim como foi possível observar uma evolução mais do que importante no orçamento geral, passando de 16,7 milhões de pesos (2006) para 226.918.147 pesos (2014).

No processo de institucionalização da SNC, foi priorizado, entre outras ações, o fortalecimento das relações com os atores sociais do interior do país, em busca de compensação diante da tendência de concentração da oferta cultural em Montevideu. Por exemplo, uma de cada três bibliotecas e três de cada dez museus estão na capital (SNC, 2010). O principal objetivo foi “contribuir para a democratização da cultura, melhorando as oportunidades de acesso aos bens e serviços culturais daqueles setores da população com menos possibilidades” (SNC, 2010).

O desafio da descentralização/regionalização do acesso cultural enfrenta a tarefa de estabelecer políticas culturais sistemáticas em médio e longo prazo para dar força à sua ingerência sobre as “causas estruturais da desigualdade” (CANCLINI, 1987). Nesse sentido, abordou-se a desconcentração no desenho das políticas culturais, ampliando sua presença em nível territorial no que se refere à participação cidadã. Um exemplo disso foi a gestão – iniciada no ano de 2007 – do programa Centros MEC. Atualmente, são

123 centros em todo o território nacional, os quais buscam promover a inclusão social e a participação por meio de suas atividades. Salvo um centro que está na capital do país, o restante se distribui por todo o Uruguai.

Olhares sobre três políticas culturais sul-americanas: convergências e diferenciações. Processos de institucionalização

As características diferenciais da gestão cultural dos casos selecionados responderam fundamentalmente, como no caso europeu (ZIMMER; TOEPLER, 1999), ao modelo de construção do Estado, a seu esquema administrativo-normativo e ao quadro ideológico que guia o conjunto da ação pública. Como consequência, embora o modelo que aparece como referência no panorama dos anos 1980 na América Latina seja o do Ministério da Cultura, de André Malraux (MEJÍA, 2009, p. 113), logo seriam desenvolvidas várias abordagens. Elas se refletiram na institucionalização da política cultural pós-ditatorial, nas diferentes orientações normativas (baseadas em diferentes constituições e leis culturais) e em seus modos de organização social.

Nos anos 1990, apesar do desenvolvimento de políticas neoliberais, avança a institucionalização da política cultural na América Latina (GARRETÓN, 2008). Os países analisados evidenciam a tensão e, em certos casos, a contradição inerente entre ambos os processos – o de organização da intervenção estatal na área, de tipo administrativo, de infraestrutura e legal, e o de baixa atuação efetiva no tocante a políticas de promoção cultural e proteção patrimonial.

Intensificação e diversificação da política cultural

Essa situação, no entanto, começaria a se transformar durante o século XXI. Por isso, um aspecto em comum nos diferentes casos é que a política cultural se intensifica e diversifica nos anos 2000: no Chile, a partir do governo de Lagos (2000-2006); no Paraguai, com Nicanor Duarte Frutos (2003-2008); e, no Uruguai, com o governo de Tabaré Vázquez (2005-2010). Observa-se que, após a hegemonia neoliberal, a política cultural se relegitima, em parte como reação – instrumental ou efetiva – aos possíveis efeitos de processos como a homogeneização cultural, o aumento das desigualdades sociais e a dissolução das identidades coletivas. Isso é observado ao ocorrer uma nova atenção à regulamentação das indústrias culturais (ARIZPE, 2001, p. 35; GETINO, 2003), assim como nos conceitos de cultura com os quais operou cada política cultural, que apresentam múltiplas aproximações à diversidade nacional, abordagens que se contrapõem à histórica subjugação e folclorização das culturas subalternas, sofridas durante o século XIX e grande parte do XX.

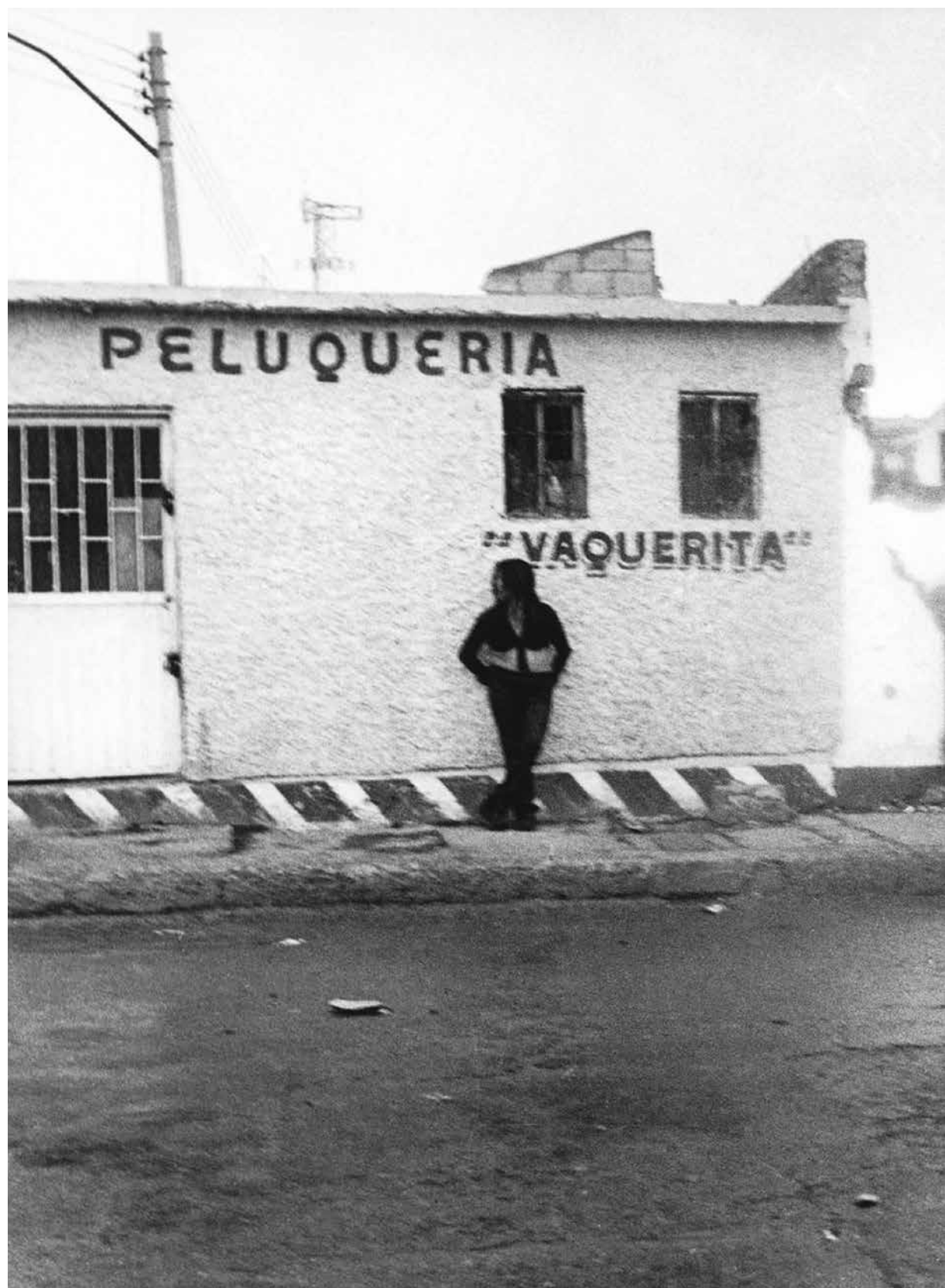
Os projetos civilizatórios e homogeneizadores baseados na alta cultura europeia abrem espaço, na política cultural recente, para diferentes interpretações e prioridades da alteridade que compõe a sociedade². Essa transformação sub-regional se traduz em uma onda democratizante da gestão pública da cultura que, entre outras iniciativas, se revela na adoção do programa de Pontos de Cultura³ no Brasil e em sua projeção pela SNC paraguaia (2008). Da mesma forma, o Uruguai e a Argentina adotaram

TABELA 1

Comparação entre as políticas culturais do Chile, do Paraguai e do Uruguai

POLÍTICA CULTURAL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
Modelos ou referências externas	Anglo-saxão liberal; contexto regional; Unesco.	Social-democrata – multiculturalista; contexto regional; Unesco-Aecid.	Francês; contexto regional; Unesco-Aecid.
Objetivos principais	Democratização cultural; desenvolvimento da indústria cultural.	Democratização cultural; defesa e promoção da diversidade étnica e identitária.	Democratização cultural; cidadania cultural; nova institucionalidade; desenvolvimento das indústrias criativas.
Tipo de instituição	Conselho de Cultura.	Secretaria de Cultura (ministerial).	Secretaria ou divisão cultural dependente de outro ministério.
Responsável institucional	Ministro-presidente designado por nomeação direta.	Ministro designado por nomeação direta.	Diretor designado por nomeação direta.
Instrumentos centrais	Conselho Nacional da Cultura e das Artes; conselhos regionais; fundos concursáveis; leis de mecenato.	Fundos de Cultura.	Fundos concursáveis; assessorias artísticas; Departamento de Indústrias Criativas; gestão territorial de projetos.
Principais transformações e fatos nos anos 2000	Aprofundamento das políticas culturais; desenvolvimento institucional; centros culturais locais.	Aprofundamento das políticas culturais; desenvolvimento institucional; descontinuidade.	Aprofundamento das políticas culturais e descentralização; desenvolvimento institucional (Centros MEC); indústrias criativas.
Elementos comuns – convergências	<p>Autonomização e desenvolvimento institucional a partir dos anos 1990.</p> <p>Crescimento orçamentário e de atividade nos anos 2000.</p> <p>Fragilidade institucional em relação ao restante das áreas de governo.</p> <p>Processo de descentralização em curso.</p> <p>Debate em torno da legitimidade da alta cultura e do conceito de cultura – memória histórica, participação social e reconhecimento das culturas indígenas como desafio assumido, porém, pendente.</p> <p>Orientação para a promoção da exportação das indústrias criativas (maior no Chile e no Uruguai).</p> <p>Influência das agências internacionais (especialmente da Unesco).</p> <p>Incipiente surgimento de isomorfismos e convergências latino-americanas (Pontos de Cultura).</p>		
Elementos diferenciadores	<p>Descontinuidade política e fragilidade institucional (caso do Paraguai).</p> <p>Reconhecimento normativo e peso das minorias étnicas (maior no Paraguai).</p> <p>Virada do governo para a esquerda e potencialização das políticas culturais (Uruguai e Paraguai).</p> <p>Continuidade, mas com revisão recente, da orientação liberal (Chile).</p>		

Fonte: elaboração própria.





experiências similares para o desenvolvimento das Casas de Cultura (Argentina) e dos Centros MEC (Uruguai). Esse programa, que se concentrou na defesa da diversidade cultural por meio da participação da comunidade local, significou uma ruptura com o modelo brasileiro (BARBOSA; CALABRE, 2011) e se estendeu como uma referência no contexto da chamada virada regional para a esquerda.

Influência dos contextos regional e internacional

Outro elemento que influencia no desenvolvimento da política cultural é o entorno, regional e internacional, como âmbito de legitimação, de geração de discursos e programas e de provisão de recursos. No processo anteriormente mencionado, tiveram diversificada influência os programas da Unesco, interpretados na Mondiacult 1982 com a Declaração do México sobre as Políticas Culturais e sua definição extensa de cultura em âmbito regional. A relação entre cultura, identidade e desenvolvimento seria retomada no fim dos anos 1990, como consequência do impacto do relatório Nossa Diversidade Criativa (UNESCO, 1996), em que são defendidas as contribuições da cultura para o desenvolvimento tanto econômico quanto social.

Entretanto, no caso paraguaio, tais referências seriam instrumentalizadas politicamente por meio da criação de uma burocracia elementar e de uma base legal e programática, mas não seriam refletidas na atividade pública. Algo similar aconteceria no Chile e no Uruguai. Já nos anos 2000, a aprovação de diversas convenções de

segunda geração promovidas pela Unesco⁴ seria um novo incentivo para o desenvolvimento e a orientação da política cultural regional. Nesse sentido, observa-se a influência, embora decrescente, da cooperação internacional na política cultural, especialmente no Paraguai e no Uruguai e, em menor medida, no Chile.

No tocante à influência do âmbito regional na política cultural, não observamos uma articulação relevante entre os países sul-americanos, nem por meio de sua diplomacia cultural nem no âmbito das plataformas de cooperação cultural regionais. Por outro lado, avançou-se na produção e no intercâmbio de dados sobre o setor da cultura. O Convênio Andrés Bello realizou algumas contribuições com seus programas culturais – por exemplo, desde 1999, com o plano Economia e Cultura, centrado na produção de informação cultural nos países-membros. Da mesma forma, com a criação do Sistema de Informação Cultural do Mercosul (Sicsur), em 2009, no qual participaram os países estudados, configurando seu mapa de dados e colocando-o à disposição da base, está sendo abordado um problema histórico (ARIZPE, 2001, p. 38), o da inexistência de bases regionais de informação cultural que permitam articular políticas conjuntas.

Conclusões

Não há um único modelo de política cultural

O estudo dos três casos nos permite concluir que não se pode falar propriamente de um modelo sul-americano de políticas culturais do mesmo modo que foi caracterizado

um modelo anglo-saxão, um centro-europeu ou um nórdico (ZIMMER; TOEPLER, 1996). São numerosas as diferenças históricas e sociopolíticas entre o desenvolvimento das distintas estruturas de Estado no campo cultural, seu grau de coerência interna e sua instância de desenvolvimento, até porque observamos diferentes orientações adotadas pelas elites sociais e culturais latino-americanas, adaptando à política cultural nacional influências de raiz francesa, inglesa, norte-americana ou espanhola.

I Existência de elementos comuns

Por outro lado, podemos destacar traços comuns da política cultural desenvolvida pelos três países. Em primeiro lugar, a complexa aceitação e integração da identidade nacional. Ou seja, a política cultural entendida como substrato cultural das diferentes identidades indígenas (e expressões populares) presentes em maior ou menor grau em todos os países estudados, assim como o desafio de conciliar a chamada alta cultura com outras expressões culturais. Em segundo lugar, a instabilidade política e o caráter repressivo dos regimes ditatoriais gerou um déficit institucional na política cultural, uma desconfiança ante a intervenção do Estado nesse âmbito e uma necessidade (em muitos casos a resolver) de reconhecer a memória histórica e as vítimas como um processo de construção de uma política cultural democrática. Em terceiro lugar, e ligado aos dois primeiros elementos, na última década, quando governos de caráter progressista na região tomaram o poder, os três países enfrentaram o desafio de desenhar e desenvolver uma política cultural

democratizante com fôlego organizacional e recursos suficientes para ser eficaz e contribuir para atenuar as enormes iniquidades referentes ao acesso à cultura.

I Nova etapa na política cultural

Parece que assistimos, em diferentes graus e com etapas de interrupção, a um novo momento das políticas culturais, em que elas são reconhecidas por seu papel gerador de uma identidade nacional mais inclusiva, assim como fomentam uma capacidade de desenvolvimento social e econômico territorialmente equilibrado. Nesse sentido, ocorreram diversos isomorfismos regionais, como o caso dos Pontos de Cultura brasileiros. Da mesma forma, pode-se observar como integram no marco da política cultural, em seu caráter constitutivo e em suas pautas de ação (por meio de diversas diretrizes ou debates), definições conceituais sobre cultura e autonomia política emergentes. Entretanto, ainda resta determinar se poderemos observar mais fatores de concórdia e cooperação em escala regional que permitam, no futuro, falar de um modelo ou de modelos de política cultural na América do Sul desenvolvidos de forma autônoma. **OBS**



Ricardo Klein (Universidade de Barcelona)

Sociólogo, PhD e candidato a doutorado em gestão da cultura e do patrimônio pela Universidade de Barcelona (UB). Seu projeto centra-se na análise de práticas do grafite e da *street art* como processos de criatividade urbana e dinâmicas de valorização. É professor-assistente na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República (Udelar/Uruguai) e fez parte do Sistema Nacional de Pesquisadores (Anii) do país. Foi consultor da Unesco e consultor-pesquisador da Direção Nacional de Cultura do Ministério da Educação e Cultura do Uruguai. É autor e coautor de múltiplas publicações nas áreas de sociologia da arte e políticas culturais. Suas pesquisas tratam sobre a arte nas cidades, as políticas nacionais/locais e a administração pública no desenvolvimento de políticas públicas de cultura. É membro do Centre d'Estudis sobre Cultura, Política i Societat (Cecups/UB) e do Comitê de Pesquisa RC37 Sociology of Arts (ISA) (rklein78@gmail.com).



Mariano M. Zamorano (Universidade de Barcelona)

Membro do Centre d'Estudis sobre Cultura, Política i Societat (Cecups) da Universidade de Barcelona (UB), doutorando em gestão da cultura e do patrimônio e faz parte do Departamento de Teoria Sociológica da UB. É autor de diversos artigos sobre história social da arte e políticas culturais. Suas pesquisas se centram nas esferas da política cultural nacional e da diplomacia cultural, particularmente em seu estudo histórico, assim como na análise de seus aspectos constitutivos e modos de participação social (marianozamorano@ub.edu).



Joaquim Rius (Universidade de Valência)

Doutor em sociologia pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess). Atualmente, é professor assistente doutor no Departamento de Sociologia e Antropologia Social da Universidade de Valência (UV). É autor de vários livros e de artigos sobre sociologia da cultura e política cultural publicados em revistas nacionais e internacionais. Suas pesquisas se centram na análise dos *clusters* e nas profissões criativas, no papel das instituições culturais na política cultural e na instrumentalização da cultura no branding urbano e territorial.



Referências bibliográficas

- ARIZPE, Lourdes. Cultura, creatividad y gobernabilidad. In: MATO, Daniel (Ed.). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2001.
- BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia. (Ed.). *Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2001.
- CANCLINI, Néstor García. Introducción. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor García; BONFIL, Guillermo (Ed.). *Políticas culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987. p. 13-61.
- CGR. *Relatório final*. Resolução CGR n. 1296/06. Assunção, Controladoria-Geral da República, fev. 2007.
- CNCA. *Chile quiere más cultura*. Definiciones de política cultural 2005-2010. Valparaíso: Conselho da Cultura e das Artes, 2005.
- _____. *Informe consolidado encuentros ciudadanos*. Projeto de lei criado pelo Ministério da Cultura, das Artes e do Patrimônio, CNCA, Governo do Chile, 2014.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor. *La rebelión zapatista y la autonomía*. Madri: Siglo XXI Editores, 1997.
- ESCOBAR, Aristides. Legislación paraguaya y normativa internacional: un estudio comparativo, Unesco. In: *Legislaciones en el Mercosur relativas a las convenciones de cultura aprobadas por la Unesco*. Estudio de la situación actual en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Montevideo: Unesco, 2007.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *Comisión de estudios sobre institucionalidad cultural de Chile*. Santiago: Comissão Nacional Assessora de Cultura: Ministério da Educação, 1991.
- _____. Las políticas culturales en los gobiernos democráticos en Chile. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Ed.). *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008. p. 75-117.
- GETINO, Octavio. Economía y desarrollo en las industrias culturales de los países del Mercosur. *Redes*, n. 1, 2003.
- HARVEY, Edwin R. *Políticas culturales en Iberoamérica y el mundo: aspectos institucionales*. Madrid: Tecnos, 1990.

- KLEIN, Ricardo. *Políticamente incorrecto*. Proceso de institucionalización de las políticas culturales en el primer gobierno de izquierda en Uruguay (2004-2009). Tese (Mestrado em Trabalho Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Udelar, Montevideú, 2011.
- MEJÍA, Juan Luis. Apuntes sobre las políticas culturales en América Latina, 1987-2009. *Pensamiento Iberoamericano*, 2009. p. 105-129. Disponível em: <<http://www.pensamientoiberoamericano.org/articulos/4/97/0/apuntes-sobre-las-pol-ticas-culturales-en-am-rica-latina-1987-2009.html>>. Acesso em: 30 dez. 2014.
- _____. ¿Derechos sin estado? Tres momentos de la institucionalidad cultural en América Latina. In: *Organización de los Estados Iberoamericanos*. Cooperación Cultural Euroamericana. Madri: Organização dos Estados Ibero-Americanos, 2005. p. 133-135.
- MOREIRA, Vladimir Velázquez. Crónica y análisis de las políticas culturales del Paraguay: entre la alternancia, el bicentenario y el quiebre democrático. *Cuadernos de Observación en Gestión y Políticas Culturales*. Serie del Boletín de Gestión Cultural, n. 1, 2012.
- _____. Desafíos culturales del desarrollo en Paraguay. *Emprende Cultura*, n. 6, 2014.
- PNUD. *Desarrollo humano en Chile*. Nosotros los chilenos: un desafío cultural. Disponível em: <<http://www.desarrollohumano.cl/textos/debates/heine.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2014.
- PRAT, Matías Zurita (Ed.). *Los estados de la cultura*. Estudio sobre la institucionalidad cultural pública en los estados del Sicsur. Santiago: Conselho Nacional da Cultura e das Artes, 2012.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Ed.). *Políticas culturais na Ibero-América*. Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.
- SALERNO, Susana. *Gestión cultural en países en vías de desarrollo*. Investigación-acción sobre legislación cultural en Paraguay. Tese (Mestrado em Gestão Cultural) – ICCMU, Universidad Complutense de Madrid, Madri, 2001.
- SANT'ANNA, Márcia. La esclavitud en Brasil: los terreiros del candomblé y la resistencia cultural de los pueblos africanos. In: VAN HOOFF, Herman. *Oralidad para el rescate de la tradición oral de América Latina y el Caribe*. Disponível em: <<http://www.lacult.org/docc/REVISTA13.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2014.
- SECRETARIA NACIONAL DA CULTURA. *Relatório de gestão*: mar. 2005-set. 2009. Uruguai: Secretaria Nacional da Cultura: Ministério da Educação e Cultura, 2010.

SNC. *Informe del primer año de gestión de la Secretaría Nacional de Cultura*. Asunción: SNC, 2014.

_____. *Memoria de la Secretaría Nacional de Cultura 2009*. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2010.

SQUELLA, Agustín. La nueva institucionalidad cultural. In: *Encuentro nacional de regiones: por una nueva institucionalidad*. División de Cultura do Ministério da Educação, 2011. p. 1-53.

_____. ¿Necesitamos un Ministerio de Cultura? *Mercurio*, 30 nov. 2011. p. 1-2.

UNESCO. *Nuestra diversidad creativa*. Informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo. Paris: Unesco, 1996.

ZAMORANO, Mariano Martín. La evolución de las políticas culturales del Paraguay: hegemonías y transformaciones. *Cuadernos de Observación en Gestión y Políticas Culturales*. Serie del Boletín de Gestión Cultural, n. 1, 2012.

_____. *Paraguay, un modelo para armar: estudio histórico y diagnóstico actual de sus políticas culturales públicas*. Tese (Mestrado). Universidad de Barcelona, Barcelona, 2009.

ZIMMER, Annette; TOEPLER, Stefan. Cultural policies and the welfare state: the cases of Sweden, Germany, and the United States. *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, n. 26, 1996. p. 167-193.

_____. The subsidized muse: government and the arts in Western Europe and the United States. *Journal of Cultural Economics*, n. 23, 1999. p. 33-49.



Notas

- 1 No contexto sul-americano, podem ser destacadas algumas experiências prévias de reconhecimento dos direitos culturais dos grupos indígenas por meio das políticas culturais. Por exemplo, a proteção brasileira aos terreiros de candomblé por meio da Lei Federal nº 6.292, de 1975, executada principalmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Esse culto de origem africana estava situado, ao longo da geografia brasileira, em diferentes territórios de prática ritual, divididos no campo (a natureza) e nos assentamentos (SANT'ANNA, 2005, p. 38). Hoje, encontra-se disperso por diversos pontos do país, mas tem força particularmente em Salvador, na Bahia. Até a década de 1930, foi perseguido, mas, a partir da década de 1970, foi regulamentado e preservado por meio de políticas ativas e, atualmente, cinco terreiros são patrimônio cultural do Brasil.

- 2 Nesse sentido, o Paraguai avança – ao declarar o bilinguismo e se dotar de um constitucionalismo indígena desenvolvido – ante o olhar cidadão da diversidade do Uruguai, que atendeu parcialmente ao caráter multicultural por meio das medidas descentralizadoras, e o Chile, que constituiu mecanismos de participação regional, reconhecendo paulatinamente sua diversidade cultural.
- 3 O programa Ponto de Cultura promove iniciativas culturais provenientes da sociedade civil. É a ação prioritária do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC) do Brasil, e se concentra em conectar a cultura com a gestão compartilhada entre o governo e a comunidade local. São medidas fundamentais o fomento e a formação de redes de Pontos de Cultura no território por meio de convênios, para além do Distrito Federal, com governos estaduais e municipais. No período entre 2004 e 2011, foram apoiados e implementados 3.703 Pontos de Cultura, com presença em todos os estados do Brasil.
- 4 Como a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, ratificada pelo Uruguai, pelo Paraguai e pelo Chile em 2007.



Esta revista utiliza as fontes Sentinel e Gotham sobre o papel Pólen Bold 90g/m². Os pantones 2273 e 2293 foram os escolhidos para esta edição. Duas mil unidades foram impressas pela gráfica Pancrom em São Paulo, no mês de julho do ano 2015.

OBS

ITAÚ CULTURAL

505

Realização



Itaú
cultural

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



[/itaucultural](#) itaucultural.org.br fone 11 2168 1777 atendimento@itaucultural.org.br
avenida paulista 149 são paulo sp 01311 000 [estação brigadeiro do metrô]